

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Associação S. Francisco de Assis é uma ASSOCIAÇÃO constituída a 10-12-1997, que tem a sua sede social em Lugar do Zambujeiro, nº 432, Alcabideche, 2755-307 CASCAIS, cuja atividade principal tem o CAE 94995, e tem o nº contribuinte 504628852.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Associação opera.

2. <u>REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</u>

2.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas atendendo ao quadro das disposições legais, em vigor em Portugal, à data de 31 de dezembro de 2017, vertidos no Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março, que aprovou o regime da normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), e alteradas pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho. Assim, as Demonstrações Financeiras anexas foram elaboradas nos termos daqueles normativos conforme Aviso nº 8259/2015 de 29 de julho e Portaria nº 220/2015, de 24 de julho. O conjunto das mencionadas normas será designado genericamente por "SNC-ESNL".

Todavia, os normativos acima indicados mereceram as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro, específicas, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Associação S. Francisco de Assis.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do "SNC-ESNL".

A preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com o mencionado "SNC-ESNL", requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Associação, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos no período de reporte.

Todavia, apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho Diretivo e nas suas melhores expetativas no que concerne aos eventos e ações correntes mas também futuras, os resultados reais obtidos podem diferir dessas estimativas.

No entanto, é convicção da Direção que as estimativas e assunção das mesmas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamento materialmente relevante ao valor dos ativos e passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, são as que abaixo se descrevem.

3.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), em vigor à data da elaboração das mencionadas demonstrações.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Montantes expressos em Euros)

3.2 Rédito

Os réditos, são entendidos como os rendimentos que surgem no decurso das atividades ordinárias desenvolvidas pela Associação, como, por exemplo, vendas, prestação de serviços, subsídios à exploração ou outros rendimentos.

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, ou seja, é deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos não incluindo IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- a) Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- b) A Associação não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- c) O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- d) É provável que os benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Associação:
- e) Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços e outros réditos são reconhecidos líquidos de impostos pelo justo valor do montante a receber desde que estejam preenchidos os pressupostos:

- a) O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- b) Que os benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Associação:
- c) Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

A Associação não tem qualquer registo de rédito proveniente de juros, royalties e dividendos resultantes do uso por terceiros de ativos de entidade.

3.3 Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração apenas são reconhecidos quando exista uma certeza razoável de que a entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios que tem por finalidade compensarem perdas já incorridas ou que não tem gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Os subsídios atribuídos à Associação destinam-se a apoiar as atividades associadas ao seu funcionamento corrente e apresentam-se evidenciados na Demonstração de Resultados na rubrica "Subsídios à exploração".

3.4 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

K.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Montantes expressos em Euros)

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis da Associação possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

Sempre que o montante líquido contabilístico do ativo, for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, sendo registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existam evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na respetiva rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações e depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.6 Inventários

Os inventários encontram-se registados pelo seu custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual como sejam, despesas de transporte, embalagem, descontos comerciais, abatimentos e outras que lhes estejam diretamente associadas.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de imparidades em inventários".

Sempre que ocorram discrepâncias na data do balanço relativamente às existências, as diferenças serão expressas pela constituição de provisão para depreciação das mesmas, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

Mercadorias em poder de terceiros, compreendendo-se por mercadorias de propriedade da Associação que se encontrem à guarda de terceiros, ou que tenham saído em regime de consignação.

O regime de consignação consiste na entrega temporária de existências a uma entidade terceira, o consignatário, que as irá vender por conta e ordem do consignante, advindo para o referido intermediário uma remuneração — a comissão.

No inventário deve constar não só as mercadorias adquiridas a título oneroso, mas também as adquiridas a título gratuito, ofertas, doações de terceiros, contabilizadas pelo custo de estimado, à data da operação.

O método de custeio dos inventários adotado pela Associação consiste no FIFO.

Os Inventários físicos realizam-se anualmente em 31 de dezembro.

A.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Montantes expressos em Euros)

3.7 Impostos

Enquadramento em sede de IVA

A Associação S. Francisco de Assis, no decorrer da sua atividade pratica operações sujeitas em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) nomeadamente as relacionadas com atividade económica/comercial, aquisição e venda de produtos, denominada atividade sujeita.

Impostos sobre o rendimento

A Associação está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Sendo uma entidade que não exerce a título principal uma atividade comercial, industrial ou agrícola, de acordo com o mencionado no ponto anterior, o imposto sobre lucros incide sobre o seu rendimento global sujeito, o qual é formado pela soma algébrica dos rendimentos líquidos das várias categorias determinadas nos termos do IRS.

3.8 Especialização (ou Acréscimo)

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização (ou acréscimo), independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem com as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.9 Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando a Associação se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

A Associação classifica e mensura ao custo, ou ao custo amortizado os ativos financeiros, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), guando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Assim sendo, os ativos e passivos financeiros detidos pela Associação foram classificados nas seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados;
- b) Clientes e outras contas a receber;
- c) Ativos financeiros disponíveis para venda;
- d) Passivos financeiros ao custo amortizado.

Os ativos e os passivos financeiros ao custo, ou ao custo amortizado, incluem:

Ativos financeiros

- . Clientes e outras contas a receber, que são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade. O custo destes ativos financeiros corresponde ao seu valor nominal.
- . Caixa e equivalentes de caixa, destinados à gestão da tesouraria corrente.

Passivos financeiros

- . Fornecedores e outras contas a pagar, são registados ao custo. O custo destes passivos financeiros corresponde ao seu valor nominal.
- . Estado e outros entes públicos



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Montantes expressos em Euros)

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016, tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2017</u>	31-12-2016
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	31.631	11.556
Caixa e seus equivalentes	31.631	11.556

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período de 2016, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a períodos anteriores.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi como se seque:

			31-	12-2017		
	Edifícios	Equipamento	Equipamento	Equipamento	Outros ativos	Saldo
	construções	básico	transporte	administrativo	fixos tangíveis	final
Ativo bruto:						
Saldo inicial	1.052.754	50.195	30.981	24.258	181.374	1.339.562
Aquisições/(Vendas)		400/(14.032)	-	1.608	70	2.078/(14.032)
Saldo final	1.052.754	36.563	30.981	25.866	181.444	1.327.608
Depreciações acumuladas:						
Saldo inicial	825.344	24.681	26.856	11.847	126.919	1.015.647
Depreciações (Nota 26)/(Acertos)	50.995	5.861/(5.419)	2.875	3.712	8.771	72.213/(5.419)
Saldo final	876.339	25.123	29.731	15.559	135.689	1.082.441
Ativos líquidos	176.415	11.440	1.250	10.307	45.755	245.167
			3	1-12-2016		
	Edifícios	Equipamento	Equipamento	Equipamento	Outros ativos	Saldo
	construções	<u>básico</u>	transporte	administrativo	fixos tangíveis	final
Ativo bruto:						
Saldo inicial	1.052.754	32.321	29.981	18.360	181.244	1.314.660
Aquisições/(Vendas)	-	17.874	2.000/(1.000)	5.898	130	24.902
Saldo final	1.052.754	50.195	30.981	24.258	181.374	1.339.562
Depreciações acumuladas:						
Saldo inicial	788.476	18.106	23.981	6.985	107.256	944.804
Depreciações (Nota 26)/(Acertos)	50.995/(14.127)	6.575	3.054/(178)	4.862	19.663	85.148/(14.305)
Saldo final	825.344	24.681	26.856	11.847	126.919	1.015.647
Ativos líquidos	227.410	25.514	4.125	12.411	54.455	323.915







ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Montantes expressos em Euros)

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2017	31-12-2016
Programas de computador Marcas	2.823 1.572	1.572
Concessões	331.121	342.160
	335.516	343.732

8. <u>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</u>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2017	31-12-2016
FCT	1.863	1.045
	1.863	1.045

9. <u>INVENTÁRIOS</u>

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2017	31-12-2016
Mercadorias	9.808	1.191
Matérias subsidiárias	100	111
	9.908	1.302

10. CRÉDITOS A RECEBER

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2017	31-12-2016
Alcabideche Vet	8.186	_
Sempre Pet	-	4.806
Stericycle	11.794	5.609
Diversos	4.515	8.129
	24.495	18.544





ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Montantes expressos em Euros)

11. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

0	31-12-2017	31-12-2016
Gastos a reconhecer:		
Saúde e Medicina Trabalho	345	1.020
Seguros pagos antecipadamente - AT	2.065	1.835
Seguros pagos antecipadamente - diversos	1.265	1.458
Renting	515	1.973
Outros	8.212 t/	1.486
	12.402	7.772

12. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2017	31-12-2016
Outras operações - Pessoal Devedores por acréscimo de rendimentos Outros devedores	266 1.500 878	266 1.500 878
	2.644	2.644

13. FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2017, os Fundos no montante de 48.383,41 Euros eram detidos por 10 entidades: 6 (Juntas de freguesia) no montante de 498,80 Euros cada, 1 (CAMARA MUNICIPAL CASCAIS) no montante de 24.939,89 Euros, 1 (Junta Turismo Costa Estoril) no montante de 4.987,98 Euros, 1 (Estoril Sol, SA) no montante de 7.481,97 Euros, 1 (Fundação Stanley Ho) no montante de 7.980,77 Euros.

Em 31 de dezembro de 2017, as Outras variações nos fundos patrimoniais eram compostas por subsídios e doações, no montante total de 432.926 Euros (Em 31 de dezembro de 2016: 474.892 Euros).

Aplicação do resultado líquido de 2016:

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 31 de março de 2017, foi decidido que o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de -143.517 Euros, fosse aplicado da seguinte forma:

Resultados transitados	143.517
	-143.517

14. FORNECEDORES

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

31-12-2017	31-12-2016
64.918	36.494
64 918	36,494







ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Montantes expressos em Euros)

15. ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

	31-12-2017	31-12-2016
Saldos Devedores: Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas:		
Retenções na fonte (efetuadas por terceiros)	-	-
Saldos Credores:		
Imposto Rendimento Pessoas Coletivas	3.880	3.329
Imposto Rendimento Pessoas Singulares: Retenções na fonte	3.477	4.740
Imposto sobre o Valor Acrescentado	19.760	11.434
Outros impostos	308	319
Contribuições para a Segurança Social	6.747	8.828
Outras tributações: FCT, FGCT e FCS	120	22
	34.293	28.672

16. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2017	31-12-2016
Empréstimo bancário – cp - BPI	70.000	70.000
Empréstimo bancário – livrança - BPI	77.000	50.000
Empréstimo bancário – faturas pagamento termo certo - BPI	14.034	-
	161.034	120.000

17. <u>DIFERIMENTOS PASSIVOS</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rendimentos a reconhecer:	31-12-2017	31-12-2016
Renda Miroucos – Total/Cepsa	162.938	174.577
	162.938	174.577





ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Montantes expressos em Euros)

18. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de "Outros passivos correntes" tem a seguinte composição:

	31-12-2017	31-12-2016
Pessoal – Outras operações	542	542
Fornecedores Investimentos	3.175	20.921
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar Outros	58.780 318	55.108 1.619
Outras contas a pagar: Diversos	~	169
	62.815	78.359

19. <u>VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS</u>

As vendas e serviços prestados reconhecidos pela Associação, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 tem o seguinte detalhe:

	31-12-2017	31-12-2016
Vendas	47.705	14.728
Prestações de Serviços	393.134	289.870
	440.839	304.598

20. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

O subsídio à exploração reconhecido pela Associação, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 tem o seguinte detalhe:

	31-12-2017	31-12-2016
Câmara Municipal de Cascais	231.537	218.463
IEFP	19.921	1.458
	251.458	219.921





ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Montantes expressos em Euros)

21. APURAMENTO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

		31-12-2017			31-12-2016	
	Mercadorias	Matérias-primas	Totais	Mercadorias	Matérias-primas	Totais
	Subsidiárias, consumo			Subsidiárias, consur	no	
Inventário no início do período	1.302	2	1.302	521	æ	521
Compras	42.231		42.231	10.455		10.455
Reclassificações e regularizações	(34)	_	(34)	(338)		(338)
Inventário no final do período	9.908	-	9.908	1.302		1.302
CMVMC						
O IM. V IMI O	33.591	-	33.591	9.336	-	9.336

22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são como segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Serviços especializados	115.533	90.307
Materiais	9.104	7.145
Energia e Fluidos	22.719	28.305
Deslocações estadas e transportes	7.486	7.055
Serviços diversos	103.008	86.375
	257.850	219.187

23. GASTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os gastos com o pessoal apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2017	31-12-2016
Remunerações Órgãos Sociais	42.524	91.381
Remunerações Pessoal	287.380	239.429
Encargos sobre remunerações	76.089	80.102
Seguro acidentes trabalho	4.420	2.778
Outros gastos	6.753	5.086
	417.166	418.776

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o número médio de empregados ao serviço da Associação foi, respetivamente, de 22 e 19.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Montantes expressos em Euros)

24. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2017</u> <u>31-12-2016</u>
Direito de superfície – Rendas Miroucos	11.639 / 11.639
Quotizações	12.789 16.349
Outros	52.693 49.299
	77.121 77.287

25. OUTROS GASTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2017	31-12-2016
Impostos	9.940	5.882
Correções período anterior	6.090	3.519
Ofertas e amostras de inventários Outros	8.283 86	1.887 124
	24.399	11.412

26. <u>DEPRECIAÇÕES</u>

A rubrica de "(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, tem a seguinte composição:

	31-12-2017	31-12-2016
Ativos fixos tangíveis (Nota 6) Ativos fixos intangíveis (Nota 7)	72.213 353	75.319 -
-,	72.566	75.319

27. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

Juros suportados:	31-12-2017	31-12-2016
Empréstimos bancários	4.744	2.921
Desconto títulos	3.133	4.932
Mora	1.964	110
	9.841	7.963

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO